EMPREENDEDORISMO MORAL ESTUDANTIL: UMA REFLEXÃO SOBRE CONFLITOS, TENSÕES E AMBIGUIDADES NO AMBIENTE ESCOLAR

Student Moral Entrepreneurship: A Reflection On Conflicts, Tensions And Ambiguities In The School Environment

MONTEIRO, Leonardo H. B.
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

RESUMO: Discute-se neste trabalho o papel social dos alunos em contexto de sala de aula. Focarei no modo que os próprios estudantes constroem interações a partir daquilo que conceituo empreendedorismo moral. Intenciono refletir de que modo os próprios estudantes constroem e condicionam ações no ambiente escolar. A mobilização de quatro conceitos chave guiam a análise presente no *paper*: a) a noção de 'empreendedor' moral, trazida através de uma releitura de conceitos de Becker (1977; 2008); b) a legitimidade dos atores das instituições escolares pensada a partir das formulações de Goffman (1975 e 2010); c) a desinstitucionalização dos sujeitos (DUBET, 1998, 2005 e 2009); e d) o senso comum como um sistema cultural (GEERTZ, 1981), sendo que se ressaltará a busca por um logotipo (TÜRCKE, 2001) dentro deste sistema. O trabalho propõe uma leitura da dinâmica da sala de aula baseado em uma ótica que permita conceber os estudantes, enquanto agentes ativos do espaço escolar. Sendo que os alunos, não apenas seriam subjetivados pelo mundo escolar, mas o atualizariam constantemente. E, grande parte desta atualização ocorreria a partir de referenciais do senso comum.

Palavras-chave: Empreendedorismo Moral; Conflitos Escolares; Ambiente Escolar.

Abstract: This paper discusses the social role of students in the classroom context. I will focus on the way students themselves construct interactions from what I conceptualize as moral entrepreneurship, school professionals appear as mediators of the tensions raised by these relationships. I intend to think on how the students themselves construct and condition actions in the school environment. The mobilization of four key concepts guide the analysis present in the paper: a) the notion of moral 'entrepreneur', brought through a rereading of concepts by Becker (1977; 2008); b) the legitimacy of the actors of the school institutions thought from the formulations of Goffman (1975; 2010); c) the deinstitutionalization of the subjects (DUBET, 1998; 2005); and d) common sense as a cultural system (GEERTZ, 1981), with emphasis on the search for a logo (TÜRCKE, 2001) within this system. The paper proposes a reading of classroom dynamics based on a perspective that allows students to be conceived as active agents of the school space. Since the students would not only be subjectified by the school world, they would constantly update it. And much of this update would come from common sense references.

Key-words: Moral Entrepreneurship; School Conflicts; School Environment.

INTRODUÇÃO

Este *paper* tem como objetivo trabalhar a noção de empreendedor moral dentro da sala de aula. Considerando que este é um espaço de conflitos, tensões, contradições e ambiguidades, encontramos diversos sujeitos que interagem enquanto atores deste espaço. De acordo com Larrosa (2007), a escola é uma maquinaria que não apenas ensina as novas gerações os conhecimentos acerca do mundo em que vivemos, mas, que funciona também como um verdadeiro aparato de aperfeiçoamento moral, definindo normas e desvios, imperativos e transgressões. Desta maneira, a esfera moral da instituição escolar pode fornecer importantes pesquisas para a área da educação. Na escola não existe apenas a ordem vigente pela escola em seu modelo institucional de aparato moral, ou uma lógica de ensinar as novas gerações sobre o mundo no qual vivemos. Há outras ordens e lógicas vigentes que atingem o ambiente escolar ou agem de forma paralela a ele. Ordenamentos que orientam a ação dos sujeitos simultaneamente, mesmo que isto ocorra de forma contraditória. A ideia aqui é refletir acerca ao que diz respeito a influência que os alunos podem possuir sob outros, realizados de forma deliberada ou não. Bem como, pensar sobre lógicas concorrentes a escolar que perpassam o alunado e logo, a instituição como um todo. Decisivo para isto é intentar compreender o repertório simbólico que atravessa os atores envolvidos.

A escola, enquanto instituição, possuiria uma gama de dispositivos, tanto de uma ordem disciplinar, como de um viés de controle, que são o meio por onde se perfazem as relações sociais. Pretendo trazer à reflexão como esta mediação é realizada a partir do encontro do repertório simbólico diverso que os alunos trazem para a sala de aula, que é diverso entre si e também é diverso em relação ao corpo profissional da escola. Mas, além desta reflexão que é pano de fundo, trago de forma analítica como alguns alunos constroem esferas de influências em formas diversas dentro da sala de aula. De modo que estes devem ser considerados - assim como o são professores, diretores e inspetores - empreendedores morais dentro do espaço escolar. De modo que os discentes serão enquadrados na figura de *empreendedor moral alternativo* neste trabalho. A noção de empreendedorismo moral trazida neste *paper*, coaduna e mostra

outras potencialidades da conceituação proposta por Becker (2008). Estes empreendedores morais alternativos, não raro, condicionam as interações em sala de aula desenvolvidas através de uma ação de tomada de iniciativa. Sendo esta ação de tomada de iniciativa de subverter através de uma ruptura a lógica moral que antes desta dava o tom das interações sociais é o que caracteriza nossos empreendedores morais.

MARCO TEÓRICO

A escola, assim como outras instituições disciplinares, conhece seu auge em meados do século passado, como afirma Deleuze (1992). O filósofo francês argumenta que após o declínio das sociedades disciplinares erige uma configuração que pode ser chamada de sociedade do controle, e que ambas não se excluem, mas passam a conviver. As instituições escolares assim como todas as outras instituições disciplinares não se desligam e passam de um modelo para outro repentinamente. Os ranços disciplinares nestas instituições são claros e persistem até os dias atuais. O plácido ideário que professores tem acerca de como funcionaria uma escola perfeita, na qual os alunos se mantivessem sentados ouvindo em silencio atentamente à explanação do professor (AQUINO, 1998), é uma clara indicação da lógica disciplinar ainda presente nas representações simbólicas do professorado. Não podemos apenas afirmar que a escola não seja mais uma instituição disciplinar, como não podemos negar que há diversos processos que estão em curso hodiernamente que nos obrigam a repensar a forma de se refletir esta instituição. No entanto, a afirmação de Rodrigues (2007) de que as instituições disciplinares são disciplinares, pois mediam as relações sociais e negociam suas tensões através de mecanismos disciplinares se faz viva.

Dentro deste ambiente as análises sobre o desvio de Becker (2008) podem nos fornecer ferramentas analíticas que possibilitam uma reflexão apurada dos modos como regras que não as escolares se corporificam nas relações sociais. A ferramenta analítica escolhida neste paper é a figura do empreendedor moral. Becker (2008) compreende os empreendedores morais como aqueles que irão criar, ou fazer com que seja respeitada, determinada regra. Em razão disto, se detém especificamente sobre dois tipos, os impositores

e os criadores de regras. O autor enxerga na figura dos cruzados morais o protótipo daquilo que chama de criadores de regras. E vislumbra na polícia, o que seria a figura do impositor de regras, po excelência. Em sua análise, pertence a ambos os tipos de empreendedores morais a 'responsabilidade' de situar alguns sujeitos sociais sob uma rotulação de desviantes. Na realidade escolar, seria fácil situar os profissionais escolares no papel de impositores de regras. Mas, ao enfocar sobre os estudantes pude perceber que estes também realizam uma influência moral sobre os outros estudantes. De mesmo modo que encontrado nos textos de Becker (2008), os discentes observados possuíam a *iniciativa* e a legitimidade de condicionar seus valores às interações sociais. Os valores em jogo são traduzidos em ações sociais típicas de empreendedores morais em alguns momentos e em outros, o 'empreendedorismo' moral ocorre sem que estes estudantes se deem conta. A imersão dos estudantes em uma realidade de conflitos e disputas permite que a realização do empreendedorismo moral, diferentemente do que asseverou Becker (2008), ocorra não apenas quando um estudante torna uma infração pública, mas também quando a realização da infração é o que permite que este se distinga dos demais, de modo que se torna um modelo a ser imitado. Ou seja, o empreendedor moral pode ser um modelo a ser imitado, sem que necessariamente tenha desejado isto no início de sua ação. Na análise das cenas etnográficas ficarão estas afirmações mais claras.

Outro conceito que permeia toda a reflexão desenvolvida, mesmo que de forma indireta, é o conceito de legitimidade. A legitimidade que envolve os cada um dos atores envolvidos nas interações sociais descritas influenciará diretamente estas interações. Enveredo por dois caminhos na exploração deste conceito. Um do professor enquanto ator social e outro da instituição como um todo e os rótulos recebidos em ambos os casos. Os graus de legitimidade tanto de professores, quanto da instituição farão diferença para a organização da sala de aula. Pois, a legitimidade destes no processo pedagógico, se ligará intimamente a possibilidade, ou não, dos 'empreendedores' morais alternativos a aqueles que são institucionalizados como docentes, diretores e coordenadores.

Para compreendermos a legitimidade de um professor é necessário assinalar que a construção de um profissional é realizada de modo a formatar neste uma maneira, de se portar, vestir, falar e se comportar que faça parte do imaginário social, acerca desta profissão. (GOFFMAN, 1975). Com o professor não é diferente. Em primeiro lugar, a legitimidade construída pelos docentes perpassa dois momentos que mesmo que distintos servem norteiam o que podemos chamar de sua legitimidade. Um momento onde a primazia por se fazer parecer um bom professor, passa pela aprovação dos outros profissionais existentes na escola. Esta aprovação consiste basicamente na forma como este controla a sala de aula. A lógica disciplinar da instituição escolar faz com que o bom professor na visão do quadro de funcionários da escola, seja aquele que não deixa sua sala fazer barulho em demasia, ou “sair do controle”. Um outro momento, diz respeito a legitimidade que o professor irá possuir frente aos alunos de determinada sala de aula. Os graus de legitimidade de um professor podem variar muito de instituição para instituição e mesmo de sala de aula para sala de aula, tanto com os alunos quanto com os demais profissionais que são seus colegas. A localização de um indivíduo no papel social de professor não impede que os alunos não realizem toda uma gama de ‘testes’ com este profissional. Estes testes perpetrados pelos estudantes a um novo guardião das normas da instituição, nos termos de Goffman (2010), é uma forma de negociar a frouxidão ou a firmeza com que as regras estabelecidas, ou esperadas, numa relação professor-classe, serão desenvolvidas no tempo que o professor passar nesta sala. Ao final da primeira interação, já existe um rótulo ligado a este professor e os alunos de determinada sala de aula guiam sua ação por este rótulo. A partir deste rótulo criado e o grau de legitimidade levantado por ele, as ações sociais dos alunos serão influenciadas. Também é importante notar que o rótulo valorativo que a escola recebe – boa ou ruim – também estabelece uma gama de relações especificas e formas de negociação/resolução dos conflitos, advindos de comportamentos dos alunos considerados indisciplinados, por exemplo.

Hodiernamente existe uma paulatina desinstitucionalização dos sujeitos em curso, própria do aprofundamento da Modernidade, os sujeitos não mais são fabricados apenas dentro das instituições (DUBET, 1998). A escola

contemporânea, enquanto instituição atualizada no ápice do período das sociedades disciplinares - situadas no tempo por Foucault (2006) até meados do século XX onde atingem seu ápice e se retraem. Um dos motivos desta retração seria que a Modernidade introduziu um vírus nas instituições, o que as decompõem pouco a pouco (DUBET, 2005: 67). Dubet (2005) aponta os processos que suportam esta decomposição: a) o 'desencantamento' do mundo e os meios de comunicação em massa criam sistemas culturais alternativos a escola; b) os professores deixam de ser aqueles que possuíam a vocação de ensinar e passam a ser profissionais do ensino, perdendo assim todo o *quantum* de legitimidade que era conferido por valores transcendentais; c) a escola não mais é um santuário, esta passa a ser de massa e obrigatória, não são mais apenas os selecionados que podem a desfrutar; d) a autonomia cada vez maior do indivíduo mina os antigos processos de ensino (DUBET, 2005). Desta forma, a experiência de 'crescer' no mundo e de ser um estudante, principalmente na adolescência, onde pode haver uma disparidade brutal entre as experiências de socialização, podem formar sujeitos que negam a escola como parte da formação de suas personalidades.

> *No curso dos processos de desinstitucionalização, a personalidade pensa antes do papel. É ela que constrói o papel e a instituição. Este movimento não é novo. Ele já foi há muito tempo descrito em termos de crise, de narcisismo, de individualismo. Os conservadores e os donos do pensamento crítico seguidamente o condenam. Os primeiros denunciam o reino dos desejos, os segundos, sua manipulação pelas indústrias culturais. Estes riscos existem, mas os dois tipos de análise [...] não compreendem o trabalho que os atores realizam sobre eles mesmos, a fim de se constituírem como atores para construírem seu modo social. Os indivíduos são, atualmente, "obrigados" a ser livres e a construir o sentido de sua experiência. Isto constitui o próprio movimento da modernidade.* (DUBET, 1998: 32)

A "obrigação" dos indivíduos de construírem o sentido de sua própria experiência os atrai para explicações baseadas no senso comum. Senso comum que como afirmado por Geertz (1981) é um sistema cultural tão válido, quanto qualquer religião, ciência ou ideologia. A diferença do senso comum é que este irá se assentar em fatos retirados diretamente do mundo e que não passam por um processo de reflexão, o que não quer dizer que sejam proposições de alguma forma inferiores a proposições retiradas de outras matrizes. O senso comum

serve de amarra ao pensamento de diversos temas. Este sistema cultural possui um viés extremamente autoritário, sendo mais dogmático que qualquer religião, mais ambicioso que qualquer ciência e mais totalizante que qualquer filosofia (GEERTZ, 1981: 84).

Devido a impossibilidade de mapear por completo o senso comum presente em nossas sociedades, alguns de seus elementos distintivos devem ser realçados. Debord (2003) pensa que na lógica do capitalismo hodierno o importante não é ser, ou ter, mas sim *parecer*. Este parecer é acompanhado constantemente por um *aparecer* (RODRIGUES, 2007). Türcke (2010), argumenta que os indivíduos se inserem em uma espécie de lógica de mercado, onde o próprio sujeito além de vender sua força de trabalho, busca se 'vender' para possuir algum reconhecimento social. Este reconhecimento atravessa a posse de um ídolo, um logotipo[1]. Sendo assim, hodiernamente se liga a noção da construção da identidade com a acepção de um logotipo, um rótulo, que distinga um indivíduo dos demais. A busca por este logotipo inicia-se desde cedo na vida dos seres sociais ocidentais/ocidentalizados. Hoje é impossível estar numa escola, principalmente aquelas que possuem um alunado adolescente, e não perceber a busca do aluno por algo que o torne distinto. Türcke (2010), assinala que a grande lógica que perpassa a sociedade de emissores do século XXI, remete ao fato de que ser é aparecer.

METODOLOGÍA

A reflexão aqui proposta, irá se respaldar nos seguintes conceitos-chave: empreendedorismo moral, legitimidade, desinstitucionalização, senso comum e busca por um logotipo. De modo que a noção de *'empreendedor' moral* – pensando para além dos tipos-ideais analisados por Becker (2008) -, será considerada em um contexto escolar no qual a *legitimidade* dos atores é uma variável que exerce grande influência nas relações sociais presentes na instituição. Os conceitos de *desinstitucionalização* e de *senso comum*, tendo em vista uma sociedade que se organiza em busca de algum *logotipo*, trazem uma

[1] Nas palavras do autor: "Em meio a avalanche de inúmeras ofertas a mercadoria individual só consegue afirmar-se como algo reconhecível, especial se ela dispuser de um logotipo, de um signo de reconhecimento que lhe confira a aura do inconfundível, da exclusividade e só assim instaure a sua identidade" (TÜRCKE, 2001: 110).

dimensão contextual à análise. Mas de mesmo modo não é permitido negligenciar os processos estruturantes da sociedade na tentativa de compreensão de fenômenos sociais, mesmo quando a pauta é a compreensão da ação social dos sujeitos em caráter microssociológico. Estes conteúdos que permeiam o repertório simbólico e constroem o senso comum dos atores analisados são vitais para analisarmos as interações sociais observadas.

A metodologia empregada neste trabalho consistiu em um esforço de coleta de dados de caráter qualitativo. A análise se pauta em duas cenas etnográficas. As reflexões metodológicas do trabalho foram construídas e atualizadas a partir, das afirmações de Geertz (1978), Goldman (2003) e Marques (2016). Mesmo que sem serem citadas diretamente nas análises das cenas etnográficas, estes autores basearam o olhar do pesquisador no momento em que este se encontra na posição de etnógrafo. O primeiro, Geertz (1978), fornece ferramentas para pensar acerca da construção da etnografia, o segundo dá elementos sobre como pensar o trabalho de campo quando o objeto estudado faz parte do 'coração' do observador e o último provê elementos que possibilitam pensar o contexto escolar e a pesquisa de campo que se desenrola neste ambiente especifico.

Geertz (1978), talvez tenha popularizado a mais famosa definição sobre a etnografia a define como uma *descrição densa*. A intenção desta descrição densa seria interpretativa, acima de tudo. Pois, para ele, o terreno da cultura, se constrói como um local onde as ações sociais possuem intrínsecas a si um significado simbólico. Desta maneira se busca a interpretação da ação social corporificada e não do comportamento individual. Também podemos aferir que se realiza uma espécie de diagnóstico *post facto*. "O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados, apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na vida coletiva". (GEERTZ, 1978: 38).

Goldman (2003), argumenta que uma teoria etnográfica deve ter como objetivo elaborar um modelo de compreensão de um fenômeno social, que mesmo que seja produzido em e para contextos particulares, forneça uma matriz de inteligibilidade que funcione em contextos diversos. Para este autor, se trata de deixar a realização de questões abstratas para dirigir o foco do pensamento

para como ocorrem os funcionamentos e as práticas da realidade estudada. Para isto, o pesquisador deve se deixar afetar por aquilo que afeta o nativo, esta afirmação quando transportada para o estudo de sociedades complexas, implica que o estudioso deve perceber e se deixar levar por uma afecção, não ao que o inflige como ser vivente, mas por aquilo que afeta as pessoas com quem realiza a sua pesquisa. Por fim, Marques (2016), traz uma perspectiva voltada ao ambiente escolar. Este autor trabalha com procedimentos práticos para uma observação participante na área da educação. Sua maior contribuição para a reflexão do presente trabalho é pensar que um contato prévio com a instituição permitiria a realização de uma compreensão mais aprofundada da mesma. Mas o que não se pode imaginar seria a existência de uma pretensa neutralidade, o que é impossível na realização de qualquer empreendimento de pesquisa. O pesquisador deve saber quais as limitações de seu olhar e qual a sua parcialidade, para então apreender uma análise que não se enviese ao compreender a totalidade a partir de fora, mas que forneça indícios para uma reflexão, interpretativa e apurada, dos processos que ocorrem no ambiente escolar.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

As cenas advindas de relatos etnográficos que serão trabalhadas aqui, possuem um sentido situacional, assim como o empregado por Goffman (2010), o que importa são os tons específicos que as interações sociais delineiam. Desta forma, vislumbra-se nestas observações de campo, situações em que os estudantes interagem com a 'ordem social' estabelecida na escola - seja para reforça-la, seja para nega-la – no papel de 'empreendedores' morais, nos termos descritos acima.

A primeira cena etnográfica que trago para a reflexão, é um relato etnográfico observado na escola Úrsula I. Buendía[2], administrada pelo governo do estado de São Paulo.

> *Gabriel, um aluno do primeiro ano do ensino médio, fora chamado à diretoria por passar supercola na cadeira de se colega Willian Matheus, que ao sentar teve sua bermuda*

[2] Os nomes de instituições e pessoas citados neste texto são fictícios a fim de preservar confidencialidade exigida para a realização de trabalho de campo em tais espaços.

> *deteriorada. A mãe do aluno Willian reclamara pessoalmente com a diretora, pois, segundo esta, a peça de roupa em questão havia custado 200 reais. Vale ressaltar que não fora apenas o aluno Willian que teve alguma peça de roupa colada pelo produto, nos dias anteriores a esta observação. Após uma longa conversa [...] o aluno Gabriel 'confessa' ter realizado a travessura, mas assevera que o aluno que teve a bermuda inutilizada pela cola, havia trazido o mesmo tipo de cola alguns dias depois. Houveram brincadeiras com supercola na segunda-feira e quarta-feira da semana em questão. Sendo que segunda foi trazida pelo aluno Gabriel e na quarta-feira pelo aluno Willian Matheus. Willian na segunda-feira após ter a bermuda 'colada', havia descido desconcertado a direção, onde demandou energeticamente a diretora que esta 'tomasse providências', mas devido a fatores que não ficaram claros, esta postergou até quinta-feira, para 'tomar providências' acerca do tema, ou seja esperou a quinta-feira para conversar com os alunos em sua sala. A conversa dos alunos na direção deixou claro que estes dois haviam conversado na terça-feira e se acertado, fato que fez com que o aluno Willian trouxesse a supercola na quarta, e aplicasse o produto na cadeira de outro colega, que a mãe também foi a escola reclamar e deu o nome de Gabriel como o responsável por colar a roupa de seu filho a cadeira.* (Diário de Campo, 31/03/2016)

Este registro de campo traz à tona o acontecimento no qual o aluno Willian Matheus, mesmo após ter a bermuda estragada pela *supercola*, não delatou o aluno Gabriel para a direção, mas pelo contrário se juntou a ele na realização da 'pegadinha'. No final das contas, os alunos foram suspensos por um dia. A sobredeterminação de planos simbólicos independentes a escola, trazidos pelos comportamentos dos estudantes, visa refletir acerca desta configuração. Na primeira cena, vemos que a influência do estudante Gabriel sobre o estudante Willian Matheus, repousa em muito mais do fato de simplesmente o incitar a também levar *supercola* para a escola. Pode-se especular neste momento se haveria uma lógica ética entre os estudantes que impedisse o aluno de dedurar seu colega. Mas, devido ao aluno Willian querer se tornar participe das pegadinhas de Gabriel, minha analítica envereda por outro caminho. Willian Matheus não possuía um logotipo (TÜRCKE, 2001) que o distinguisse dos demais. Ele gostaria de se destacar entre seus colegas, se tornando aquele aluno que perpetra os atos indisciplinados, como pegadinhas, e não o objeto destas. A observação de campo revelou que estes alunos que

realizam os atos considerados de indisciplina possuem um status fortemente positivado na sala de aula, possuindo grande influência sobre os outros alunos, como no caso de Gabriel. Sendo que, mesmo uma bermuda estragada, não fora o suficiente para que Willian rompesse relações com Gabriel, mas pelo contrário, foi motivo para que ele tentasse se aproximar de Gabriel e do destaque que este possuía frente a sala. Podemos aferir que há uma influência que leva os alunos a perpetrarem comportamentos sobre a influência de outro aluno, mesmo que não sob influência intencional daquele que é modelo.

Ao considerarmos Gabriel no papel de um empreendedor moral alternativo, destacamos a não-intencionalidade deste empreendedorismo, este é um dos pontos que afasta o conceito utilizado aqui do conceito original de Becker (2008). Outro ponto que afasta estes dois conceitos é que Gabriel não tornou pública uma transgressão da regra, mas pelo contrário ao cometer a infração, o ato de indisciplina ele demonstra que na escola existe um sistema alternativo de valores que enxerga em certas transgressões de regras um modo de se alcançar um logotipo, ou algo que diferencie este alunos dos demais e permita que este seja visto. Assim como, assinala Türcke (2010) existe uma lógica social hoje na qual a existência se alinha a ser percebido.

A segunda observação empírica que trago é de uma destas aulas ministradas[3] na escola Miguel Arcángel, durante o período noturno:

> *A legitimidade de um professor eventual na sala de aula é muito baixa. Sendo assim, a minha aula simplesmente não era possível de ser ministrada, pois desde o momento que adentrei a sala, um terceiro ano do ensino médio, a conversa dos alunos se dava de modo ininterrupto e em alto volume. As tradicionais chamadas de atenção e pedidos de silêncio simplesmente não funcionavam. Eis que um aluno, provavelmente vendo o esgotamento em meu semblante, ou interessado na aula que tentava iniciar, começa a exigir silêncio de seus colegas. O aluno, ao chamar a atenção dos outros estudantes para si, fez um discurso sobre o fato de o professor (eu) estar ali trabalhando e ressaltando que nenhum deles gostaria que alguém chegasse em seu local de trabalho e fizesse algazarra. Após o inflamado discurso do discente os ânimos se retraíram e ministrei a aula, inclusive com alta participação dos alunos, mesmo que um grupo de alunas tivesse se mantido a parte da aula, conversando entre si. Considero que a intervenção do aluno em questão teve*

[3] Uma parte do período considerável do trabalho de campo fora desenvolvido dentro da sala de aula, na forma de uma observação participante, exercendo a função de professor.

> *efeito prático na relação mantida com aquela sala. Visto que na próxima aula que fui chamado a ministrar na mesma sala, alguns alunos perguntaram se o tema desta aula seria correlato ao da aula anterior, fato extremamente raro, pois geralmente não há estabelecimentos de vínculos efetivos, ou de uma relação pedagógica entre professores eventuais e alunos, mesmo aqueles que vão com frequência a determinada escola (Diário de Campo, 30/07/2016)*

O elemento importante nesta cena para o argumento deste trabalho, repousa na efetiva mudança de comportamento da sala, a partir da recuperação e articulação pelo estudante de um elemento comum a todos na sala – o mundo do trabalho.

O discurso inflamado de um aluno qual a intenção de respaldar o professor na sua tentativa de ministrar uma aula nos remete a uma clássica cena de sala de aula, principalmente quando há um professor eventual na classe. A falta de conexão entre professor e alunos é remetida como motivo para os alunos não se comportarem na aula deste professor – ao menos essa é a interpretação de grande parte dos alunos ouvidos em campo. Deste modo, temos em toda aula, ministrada um professor substituto, uma construção de uma legitimidade que muitas vezes foge da legitimidade correlata a instituição, da qual professores 'da casa' possuem o lastro, seja este positivo ou negativo. De modo que, a intervenção de alunos nestas aulas é recorrente, muitas vezes, infrutífera. O relevante deste caso é o fato do aluno conseguir com que seu pedido, para que a aula conseguisse ocorrer, fosse atendido. Assim como em toda interação social, temos que considerar a influência da legitimidade do ator que fala, mas também saliento o foco de sua fala, ao se tratar de uma sala de terceiro ano no período da noite, trazer à tona uma lógica do mundo do trabalho, uma lógica a qual quase todos estavam completamente imersos. Nota-se que um grupo de alunas não deu ouvidos ao apelo do estudante, tido por elas como alguém que "queria aparecer". A influência do aluno enquanto 'empreendedor' moral atravessa sua própria legitimidade frente ao grupo e o compartilhamento de um repertório simbólico, no caso, acerca do mundo laboral. Diferentemente do outro caso, nesta cena etnográfica o aluno que aparece na figura de empreendedor moral alternativo torna pública uma transgressão. Esta sua ação faz com que a maior parte dos alunos passe a prestar atenção na aula, enquanto uma pequena

parte de alunas desdenha da legitimidade do aluno para tal ato e infere que sua intenção era apenas a de aparecer para a sala. Podemos notar com clareza, as tensões e ambiguidades presentes nesta cena, principalmente, no que tange as reações a intervenção do aluno.

As duas cenas apresentadas acima são os dados qualitativos da reflexão acerca o 'empreendedorismo' moral dos estudantes. Mesmo em uma relação na qual os papéis sociais seriam iguais, afinal são todos estudantes, alguns se projetam como influência direta as ações sociais movidas por valores de outros alunos. O papel dos alunos 'empreendedores' morais se ancora em lógicas exteriores a escolar, estas lógicas podem reforçar a lógica escolar ou nega-la e levar transtornos para aqueles que esperam que a escola seja um lugar plácido e de uma aprendizagem silenciosa. As ambiguidades do mundo escolar por vezes se traduzem em conflitos que se perfazem em cenários ruidosos e visíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção que moveu este trabalho, fora a de pensar a instituição escolar para além do modelo disciplinar a qual se acopla até os dias atuais. Dentre os motivos deste enfoque está a decadência do modelo disciplinar e a ascensão de um modelo baseado no controle. Sendo que, trata-se de gerir a agonia das instituições disciplinares e ocupar as pessoas até a instalação das novas formas que se anunciam (DELEUZE, 1992: 220). Alguns mecanismos de controle, como o de formação continuada e avaliação ininterrupta, pelo menos nas escolas geridas pelo estado de São Paulo, já atravessam a vida de docentes e diretores das instituições. Mesmo que a lógica na escola ainda seja em sua maior parte a disciplinar, a tentativa de manutenção dos alunos dentro de suas salas durante o período de troca de professores, por exemplo, um esforço hercúleo dos profissionais de todas as instituições observadas até o momento, é uma clara conservação desta lógica. As sociedades que estão sob a égide do ocidente estão em processo de paulatina desinstitucionalização. Este processo enfraquece o poder de mediação que os mecanismos disciplinares possuem dentro destas instituições, fazendo com que os processos escolares sejam constantemente envoltos em tensões.

Este trabalho teve como objetivo levantar elementos para uma reflexão sobre o modo que repertórios simbólicos são atualizados na instituição escolar e como participam na construção de alunos que se enquadrem em papeis de 'empreendedores' morais. Este empreendedorismo realizado pelos estudantes pode estar em consonância a lógica escolar em sentido de reforça-la, ou pode também se realizar de a modo a se colocar contra a lógica estabelecida. Cada vez mais as relações estudantes-profissionais escolares, principalmente com o professor, podem ser entendidas como uma negociação constante entre 'empreendedores' morais na maior parte dos casos. Os mesmos processos que levam a desinstitucionalização dos sujeitos e que os fazem buscar um logotipo, radicalizam estas negociações de tensões que podem passar a ser conflitos, nos quais inclusive podem existir casos extremos de violência física, que não foram tratados aqui, mas que podem ser pensados através deste viés. Portanto, instituição escolar, que media suas relações através de dispositivos disciplinares, está atravessada por diversas lógicas exógenas a ela, que irão condicionar as relações através dos diversos repertórios simbólicos que os sujeitos que estão dentro da instituição se ancoram ao estabelecer as suas relações sociais neste ambiente.

As observações empíricas trazidas no corpo do texto são provenientes de projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, financiamento sem o qual o projeto de pesquisa não poderia ter sido conduzido do mesmo modo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. IN: **Caderno Cedes**, nº 47 dezembro 1998. p. 7 - 19.

BECKER, Howard S. **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

_____. *Outsiders:* **Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Projeto Periferia: 2003. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf . Acesso: 02/04/2016.

DELEUZE, Gilles. Post-*scriptum* sobre as sociedades de controle. IN: _____. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DUBET, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. IN: **Revista Contemporaneidade e Educação**, ano 3, vol.3, 1998, pp.27-33.

_____. Las paradojas de la integración escolar IN: **Espacios en Blanco. Revista de Educación,** Buenos Aires vol. 19, junio, 2009, pp. 197-214

_____. ¿Mutaciones institucionales y/o neoliberalismo? IN: **Revista Colombiana de Sociología**. Bogotá n. 25 2005, pp. 63-80.

FOUCAULT, M.. Terceira Parte: Disciplina. In: _____ **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Editora Vozes, 1987. p. 117-188.

_____. A sociedade disciplinar em crise. IN: MOTTA, M. B. (Org.) **Estratégia, Poder-Saber: Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **Comportamento em lugares públicos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

LARROSA, Jorge. Prológo. IN: RATTO, Ana Lúcia. **Livros de ocorrência: (in)disciplina, normalização e subjetivação.** São Paulo: Cortez Editora, 2007.

RODRIGUES, Luciana Azevedo. **A (in)disciplina em revista: um estudo sobre indústria cultural**. (Tese de Doutorado) São Carlos: UFSCar, 2007.

TÜRCKE, Christoph. A luta pelo logotipo IN: DUARTE, R; FIGUEIREDO, V (Org.) **Mímesis e expressão**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 109-121.

_____. **Sociedade Excitada: Filosofia da Sensação**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

SOBRE OS AUTORES

Leonardo Henrique Brandão Monteiro

Descrição acadêmico/profissional: Doutorando em educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Pesquisou no mestrado como os projetos de futuro e as projeções de futuro que incidem sobre os estudantes irão influenciar na construção do espaço escolar por estes. No doutorado volta suas atenções para os modos pelos quais os estudantes do ensino médio se apropriam, ou não, de conteúdos digitais em suas práticas de estudo. Ministra também a disciplina de Sociologia para o ensino médio em escolas administradas pelo Estado de São Paulo.

E-mail para contato: monteiro.hb.leonardo@gmail.com